

Folha Nacional

27 DE OUTUBRO DE 2023 | SEMANAL | ANO 1 | 33ª EDIÇÃO | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.folhanacional.pt



JACKPOT ORÇAMENTAL €69 MILHÕES COM CUSTOS DOS GABINETES MINISTERIAIS



PARTIDOS CHUMBARAM PROPOSTA DO CHEGA PARA ACABAR COM ACUMULAÇÃO DE PENSÕES DE POLÍTICOS

IMPOSTOS CONTINUAM A SUBIR, MAS PARTIDOS CONTINUAM A USUFRUIR DE ISENÇÕES FISCAIS

ENTREVISTA

“FALTAM PESSOAS PORQUE MUITAS PREFEREM VIVER DE SUBSÍDIOS AO INVÉS DE TRABALHAR”

José Bourdain | PÁG. 05



DESTAQUE

MISÉRIA NAS RUAS DE LISBOA. NÚMERO DE SEM-ABRIGO AUMENTOU 78% EM QUATRO ANOS

PÁG. 04



O ano de 2024 volta a ser de aumento de gastos com os gabinetes governamentais. São mais 5 milhões de euros em despesas com políticos. Os 64 milhões de euros previstos para 2023 vão dar um salto para os 69 milhões em 2024, sendo que, da análise feita ao OE 2024, os gabinetes de Ana Brnhusa e Duarte Cordeiro são os que mais vão gastar.

Estes aumentos devem-se não só ao aumento da dotação financeira para o funcionamento de cada gabinete ministerial, mas também devido à existência de mais um ministério – o da Habitação – e de mais dois secretários de Estado.

Segundo os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, trabalham nos gabinetes do Governo 1178 pessoas, sendo que 60% dos 69 milhões de euros diz respeito a despesas com pessoal e o remanescente a outras despesas de funcionamento, como viagens, telecomunicações, refeições e combustíveis.

Costa tem histórico de Governos grandes e despesistas, sendo que para os membros do Governo não há aperto de cinto. Recorde-se que em 2020 o seu Governo gastou 73,2 milhões de euros com membros dos gabinetes, tendo sido o Governo mais caro de sempre.

Este aumento dos custos com o Governo surge a par de mais um aumento brutal de impostos, com subidas do Imposto Único de Circulação (IUC) que pode chegar a 400% e a revisão do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Enquanto isso, os portugueses veem os seus rendimentos serem engolidos pela inflação, tendo perdido o equivalente a meio salário no ano passado devido ao aumento de preços.

O CHEGA tem apresentado propostas para pôr fim aos privilégios dos políticos e tem combatido, desde o seu início, todo o tipo de benefícios imorais que os partidos políticos e os titulares de cargos públicos usufruem, em clara contradição com as condições a que estão sujeitos os restantes portugueses. Desde o fim das pensões vitalícias ao fim da isenção de IMI dos partidos políticos, o CHEGA tem sido mesmo o único partido a querer pôr efetivamente fim aos privilégios dos políticos.

“A legislação em vigor que permite acumular pensões vitalícias com outras pensões é uma das mais flagrantes injustiças”, defendeu o presidente do CHEGA no debate que decorreu há poucos dias no parlamento em torno da proposta, apresentada em maio do ano passado,



N POR FOLHA NACIONAL



que visa "o fim da acumulação de pensões por parte dos titulares de cargos públicos e políticos". André Ventura apontou também que "todos os anos o Estado gasta quase nove milhões de euros com estas pensões vitalícias", o que classificou como "uma vergonha". De acordo com a iniciativa do partido, o perverso sistema de atribuição de subvenções vitalícias a cargos políticos administrativos e judiciais colide de frente com o princípio da igualdade, consagrado no art. 13º da CRP, e também com o princípio ético-social da equidade, ao definir um privilégio injustificado para um conjunto limitado de titulares.

Segundo o projeto de lei, "há ainda o problema essencial da acumulação eventual de pensões por parte dos titulares de cargos públicos". O que a legislação em vigor permite é que, por exemplo, o Presidente da República e o Presidente da Assembleia da República possam acumular pensões de que os beneficiários sejam titulares.

A iniciativa legislativa do CHEGA relativa a esta matéria refere ainda que "esta possibilidade contraria não só o espírito das várias alterações legislativas que foram sendo feitas nos últimos anos, como é estruturalmente injusta, comparando com o sistema contributivo e de pensões da maior parte dos portugueses delas beneficiários." Acrescenta também que "a possibilidade de acumulação perpetua a lógica de privilégios injustificados e benefícios de natureza económica sobre os titulares ou ex-titulares de cargos públicos e políticos, lógica que deve ser afastada definitivamente do sistema jurídico-constitucional português!" E refere, por fim, que "estamos perante direitos e privilégios cujos efeitos se continuam a produzir, a ter impacto político-social e também, mensalmente, no erário público. Mesmo do ponto de vista estritamente jurídico, não se trata, por isso, de situações nascidas, consolidadas e esgotadas no passado, antes com uma raiz normativa-axiológica de efeitos contínuos" e que se trata "de um universo de situações profundamente injustas que devem ser corrigidas, sendo esse, naturalmente, um dever do legislador para com os seus eleitores e para com o povo português."

Já relativamente às diversas isenções fiscais como o IMI e IRC a que os partidos políticos estão sujeitos, André Ventura defende que a proposta do partido "é que os partidos só deixem de pagar IMI quando todos os portugueses deixarem. Até lá, têm de fazer o mesmo sacrifício". Tal como o IRC - "os partidos devem pagá-lo até todas as empresas terem as mesmas condições". De acordo com a proposta apresentada pelo partido relativamen-

te a esta matéria, "nos últimos anos os portugueses têm visto aumentar consecutivamente o peso da máquina fiscal nas suas vidas, aumento este que se torna já verdadeiramente insustentável no dia-a-dia dos cidadãos, independentemente da rubrica a que queiramos dar atenção". Refere ainda que, "para se ter uma ideia, segundo o Instituto Nacional de Estatística, a carga fiscal sobre os portugueses atingiu novo recorde em 2021, subindo para 35,8% do PIB, aumentando assim 7,1% em termos nominais".

O partido argumenta ainda que "se quisermos aludir ao peso de alguns impostos em concreto, poderemos verificar que a exemplo o IVA subiu 13,4%, o ISP 7,7%, o IMT 37,1%, o imposto de selo 10,4% e o imposto municipal sobre imóveis 2,1%. Ou seja, olhe lá para onde olhar um português, a única coisa que vê como certa é o aumento generalizado dos impostos". Por outro lado, afirma o partido de André Ventura que "a par desta realidade, verifica-se que o esforço que por determinados motivos se apresenta como exigível aos portugueses nesta matéria não é correspondido por vários sectores do Estado e, muito em particular, pelos partidos políticos que continuam a acumular desnecessariamente isenções fiscais, sobretudo pelo momento que atravessamos da forma acima explanada".

O CHEGA denuncia também a flagrante injustiça relativamente ao IMI, afirmando que é o "imposto que onera qualquer cidadão que seja proprietário de um imóvel, independentemente do valor que o Município da área a que diga respeito exija". E aponta depois baterias aos partidos políticos que "aglomeram milhões e milhões de euros em património imobiliário, património esse, isento da respetiva tributação em sede de IMI. Só em 2017, o PSD declarou 5,9 milhões de euros em ativos fixos tangíveis, rubrica que com a reavaliação em 2018 aumentou para 26,3 milhões que na verdade passou então a representar mais de metade do valor patrimonial declarado por todos os partidos políticos portugueses".

"Por sua vez, em 2019, o PCP apresentava-se como o mais rico partido político português, sendo detentor de mais de três milhões de euros no banco, valor este indicado de acordo com as contas anuais dos partidos políticos que foram entregues à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos. Mas não era o único com avultadas quantias 'em caixa', seguindo-se o PSD, com 2,24 milhões e o BE com 1,55 milhões". Por fim, "considera que não existe justificação para a manutenção de determinados benefícios que os partidos políticos usufruem, propondo por isso a sua revogação".

NESTA EDIÇÃO VEJA TAMBÉM



PORTUGAL RECEBEU QUASE 121 MIL IMIGRANTES EM 2022

PÁG. 06



SNS: "NOVEMBRO PODE SER DRAMÁTICO SE NÃO HOUVER ACORDO"

PÁG. 07



CHEGA PEDE FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA DO AUMENTO DO IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO

PÁG. 08



MINISTRO DAS FINANÇAS CENTRALIZA DOIS TERÇOS DA DESPESA RETIDA

PÁG. 10



ISRAEL QUER GUTERRES FORA DA ONU APÓS APOIO À PALESTINA

PÁG. 13



Editorial

BERNARDO PESSANHA

A "TERCEIRA MÃO" SOCIALISTA

PÁG. 16



MISÉRIA NAS RUAS DE LISBOA. NÚMERO DE SEM-ABRIGO AUMENTOU 78% EM QUATRO ANOS

✎ POR FOLHA NACIONAL

O número de sem-abrigo em Portugal aumentou 78% em quatro anos, atirando pessoas e até famílias inteiras para a rua.

Os dados oficiais disponíveis, que terminam a 31 de dezembro de 2022, são da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e mostram que, desde 2018, o número de pessoas a viver na rua não tem parado de subir.

Em 2018 existiam 6.044 sem abrigo, um número que no ano seguinte subiu para 7.107 e ainda não tinha começado a pandemia que levou ao encerramento de diversos espaços comerciais e empresas, atirando milhares de pessoas para o desemprego que ficaram sem

condições financeiras para garantir o pagamento das rendas ou dos créditos à habitação.

Nessa altura, em 2019, Marcelo Rebelo de Sousa asseverou que a "ideia é tudo fazer para que quem quiser possa ter condições para sair da situação de sem-abrigo" até 2023.

As palavras do Presidente da República ficaram por isso mesmo, palavras, pois logo em 2020 o número de sem-abrigo subiu para 8.209 e tem vindo em crescendo: 9.604 em 2021 e 10.773 em 2022.

Para 2023 a tendência não será diferente e será até de agravamento, tendo em conta a crise de habitação que se vive desde o início do ano.

Quem passa por Lisboa perce-

be que a situação é dramática. O Folha Nacional acompanhou o presidente do CHEGA a uma visita que comprovou os cenários negros que nos haviam sido descritos sobre o nível de pobreza em Portugal.

Junto à Igreja dos Anjos, na Avenida Almirante Reis, o cenário é desolador: 10 tendas onde pessoas que ficaram sem casa vivem, dormem, comem, passam o tempo. Lá dentro cabe toda a sua vida: roupa de cama, vestuário, enlatados para garantir, pelo menos, uma refeição por dia.

Alguns estão na rua há poucas semanas, mas há quem já não tenha uma casa para viver há meses e até o caso de um homem que vive na rua há

mais de cinco anos.

Porquê? As respostas dos sem-abrigo apontam sempre os mesmos problemas: aumento das rendas, situações de desemprego ou de doença.

As justificações variam, mas o problema é único: a ausência de apoio do Estado.

Depois de passar junto à Igreja dos Anjos seguimos para uma rua mais escondida, a Regueirão dos Anjos, paralela à Almirante Reis, onde encontramos mais 11 tendas. Quem ali vive improvisa o lar com dois sofás abandonados e estendais da roupa espalhados na rua.

Por baixo de um dos túneis, um idoso dormia num colchão. Mais à frente, outro idoso estava sentado numa cadeira de praia. Tinha uma bengala numa das mãos, enquanto com a outra cumprimentava o líder do CHEGA. Ao lado estava uma senhora que fez questão de chamar o companheiro: "Ele vota em si", disse a senhora a André Ventura.

O companheiro aproximou-se, agradeceu a visita e pediu soluções que, sublinhou, só serão possíveis quando António Costa deixar de ser primeiro-ministro. Aos jornalistas, o Presidente do CHEGA lamentou o cenário que encontrou nos Anjos e que se multiplica por outras zonas da capital, frisando que "este é um dos sinais das promessas falhadas do Governo de António Costa, mas também, infelizmente, do Presidente da República". Para André Ventura, também os partidos – incluindo o CHEGA – falharam por não terem prestado a devida atenção a este problema, mas adverte que não é tempo de atirar a 'toalha ao chão', mas sim de trabalhar no sentido de melhorar as condições para quem vive em Portugal e, para isso, sublinhou, é preciso haver novas políticas de habitação e um maior controlo da imigração.

"Estamos a receber muito mais imigrantes do que aqueles que podemos – muitos novos sem-abrigo vêm dos segmentos da imigração –, deixamos as pessoas vir e não temos soluções de habitação", afirmou, sublinhando que Portugal tem "a mais baixa taxa de oferta pública" de habitação da Europa, cuja responsabilidade é do Governo.

As críticas do líder do CHEGA dirigiram-se à esquerda que "prefere atacar quem investe em Portugal, os senhorios e o alojamento local", mas também para os restantes partidos da direita quem acusa de preferir "não entrar neste debate".

José Bourdain nasceu em Lisboa em 1971. É licenciado em Gestão de Recursos Humanos e Mestre em Ciência Política. Iniciou a sua atividade profissional aos 16 anos no sector social/saúde/educação e fundou a Cercitop (cooperativa sem fins lucrativos) em 1998, onde é o Presidente do Conselho de Administração. Em 2013 criou a Tourism for All - Operador Turístico que trabalha o Turismo Para pessoas com deficiência e ajudou a fundar a Associação Nacional dos Cuidados Continuados em 2017, sendo o seu Presidente desde essa data.

Da Rede Nacional de Cuidados Continuados fazem parte instituições públicas e privadas. O Estado tem cumprido as promessas feitas nos últimos anos com o financiamento a estas unidades? Esse financiamento tem acompanhado a inflação?

Não e não. Entre 2011 e 2018 não houve qualquer atualização de preços, em 2019 foi de 2,2%, em 2020 e 2021 voltou a não haver (apenas a Longa Duração em 2021), aumentaram preços em 2022 (insuficiente) e em 2023 voltaram a não atualizar preços quando todos sabemos que o salário mínimo subiu. De realçar que durante a pandemia nem 1 cêntimo nos foi dado de reforço; na crise energética houve apoios para as empresas e nós ficámos de fora; há legislação de 2007 que obriga o Governo a atualizar preços com base na inflação e o Governo em 2023 não cumpriu, mas aumentou os preços das PPP Rodoviárias em 7,8% (precisamente o valor da inflação de 2022). Isto é uma discriminação.

Como classifica a capacidade de resposta ao nível da Rede Nacional Cuidados Continuados no nosso país? E o que esperar das promessas de novas vagas 100% públicas ao abrigo do PRR? São exequíveis?

A resposta é de grande qualidade na sua esmagadora maioria, mas insuficiente face às necessidades do país. Não serão exequíveis por diversos motivos e o principal é que muitas entidades que se vão candidatar ao PRR já têm centenas de camas ao serviço da RNCCI pelo que não serão camas novas (o PRR permite candidaturas a retroagir a 2020), pelo que a meta das mais 5500 camas nunca será atingida. Depois, descontando estas e as camas públicas, mesmo assim serão mais de 3 mil as camas que sobram e, tendo em conta o subfinanciamento, haverá poucas entidades interessadas em investir milhões sabendo que terão prejuízo à partida e não recuperarão esse dinheiro. Num contexto de subida de taxas de juro, aumento do custo dos m2 (a verba a fundo perdido representa apenas 40% do total do inves-



“

O Governo causou, devido ao subfinanciamento, o encerramento de mais de 300 camas em pouco mais de dois anos

José Bourdain

© José Bourdain

timento) e de muitas organizações já estarem a construir ao abrigo do PARES e em grande esforço, duvido que haja candidaturas suficientes.

Portugal é o terceiro país da UE com a população mais envelhecida, o que coloca uma pressão extra nos cuidados continuados. O setor está preparado para aumentar a resposta a este tipo de cuidados?

Não está, precisamente devido ao subfinanciamento. Em vez de o Governo atrair investimento neste sector, desincentiva por não atualizar preços nem cumprir a legislação. O Governo causou, devido ao subfinanciamento, o encerramento de mais de 300 camas em pouco mais de dois anos. Qual a lógica de construir camas novas se encerram muitas das existentes?

Cerca de 40% das vagas da rede de cuidados continuados são ocupadas por 'casos sociais', isto é, por utentes sem necessidade clínica, que acabam por sobrecarregar estes serviços. O que poderia ser feito para resolver este problema?

Uma boa liderança e gestão centralizada de colocação de pessoas em Cuidados Continuados, Lares de Idosos, Apoio Domiciliário e, naturalmente, boa articulação com os hospitais, que infelizmente não existe.

Em seu entender, quais as medidas mais urgentes que devem ser tomadas para fazer face às dificuldades que as Unidades de Cuidados Continuados enfrentam?

Em primeiro lugar aumentar os valores em 2023 com base na inflação de 2022 (com retroativos a Janeiro). Posteriormente (no espaço de 1 ou 2 meses) analisar os recursos humanos necessários para o bom funcionamento de uma UCCL, quanto custam bens e serviços e depois pagar em conformidade. As UCCL não querem enriquecer com o dinheiro dos contribuintes, mas não querem estar subfinanciadas. Apenas receber o valor justo para fazer bem o seu trabalho sem constrangimentos.

Qual o principal desafio dos prestadores em encontrar recursos humanos?

Há falta de profissionais no mercado de trabalho em áreas como auxiliares de ação médica, pessoal de limpeza, lavandaria e cozinhas a que acresce profissionais mais qualificados como enfermeiros, terapeutas da fala e ocupacionais. Os problemas são a falta de salários atrativos, mas também o facto de muitas pessoas preferirem viver de subsídios ao invés de trabalhar.

PORTUGAL RECEBEU QUASE 121 MIL IMIGRANTES EM 2022. HÁ NOVE ANOS QUE O VALOR NÃO ERA TÃO ALTO

 POR AGÊNCIA LUSA

Portugal terá recebido quase 121 mil imigrantes em 2022, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o valor mais elevado dos últimos nove anos, quatro vezes mais do que o registado em 2014.

Os dados constam do mais recente relatório sobre Perspetivas da Migração Internacional (International Migration Outlook 2023), que a OCDE divulgou e no qual é possível constatar que Portugal passou de receber 30.800 imigrantes em 2014 para 120.800 em 2022, sendo que este último valor é ainda uma estimativa. Segundo a organização, que inclui 38 países, este número é cerca de 26% superior ao constatado em 2021 e fica 14% acima do valor de 2019, acrescentando que os quatro principais países de destino (Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Espanha) registaram grandes aumentos anuais, entre 21% e 35%.

No caso de Portugal, o aumento foi de 28,9% entre 2021 e 2022 e de 13,2% quando comparando com 2019, o ano antes da pandemia, em que chegaram 106.700 migrantes. Comparando com 2014, quando chegaram 30.800 pessoas, o aumento já

salta para quase 300%.

Analisando mais concretamente os anos de 2021 e 2022, os dados da OCDE mostram que o trabalho e a família foram os principais motivos para a migração permanente para Portugal, com o primeiro a ser a justificação de entrada de 53.200 pessoas no ano passado, enquanto a família trouxe mais 30.300 migrantes.

Em matéria de família, Portugal é, aliás, apontado como um dos países que têm apoio personalizado para mulheres migrantes ou refugiadas, com um programa que abrange entidades empregadoras, autoridades públicas, sociedade civil e centros de emprego, entre outros. Segundo a OCDE, a maior percentagem de migrantes (18,1%) trabalhava na área dos serviços, seguindo-se a indústria da extração, transformadora e energéticas, com 14,9%, e o comércio por grosso e a retalho (14%), com a hotelaria e a restauração a reter 12% dos imigrantes e sem dados disponíveis para a agricultura e pescas.

O Brasil, a Índia e a Bélgica foram as três principais nacionalidades dos recém-chegados em 2021. Entre os 15 principais



países de origem, a Alemanha registou o aumento mais forte (+1.400) e o Brasil a maior diminuição (-2.800) nos fluxos para Portugal em comparação com o ano anterior, refere a OCDE. Em 2022, o número de primeiros requerentes de asilo aumentou 47%, chegando a cerca de

Portugal passou de receber 30.800 imigrantes em 2014 para 120.800 em 2022, sendo que este último valor é ainda uma estimativa

2.000. A maioria dos requerentes provinha do Afeganistão (300), da Índia (200) e da Ucrânia (200, excluindo os beneficiários de proteção temporária). A emigração de cidadãos portugueses para países da OCDE aumentou 21% em 2021, para 47 mil. Aproximadamente 16%

NÍVEL DE AMEAÇA TERRORISTA SUBIU “POR RAZÕES DE PREVENÇÃO”

POR AGÊNCIA LUSA

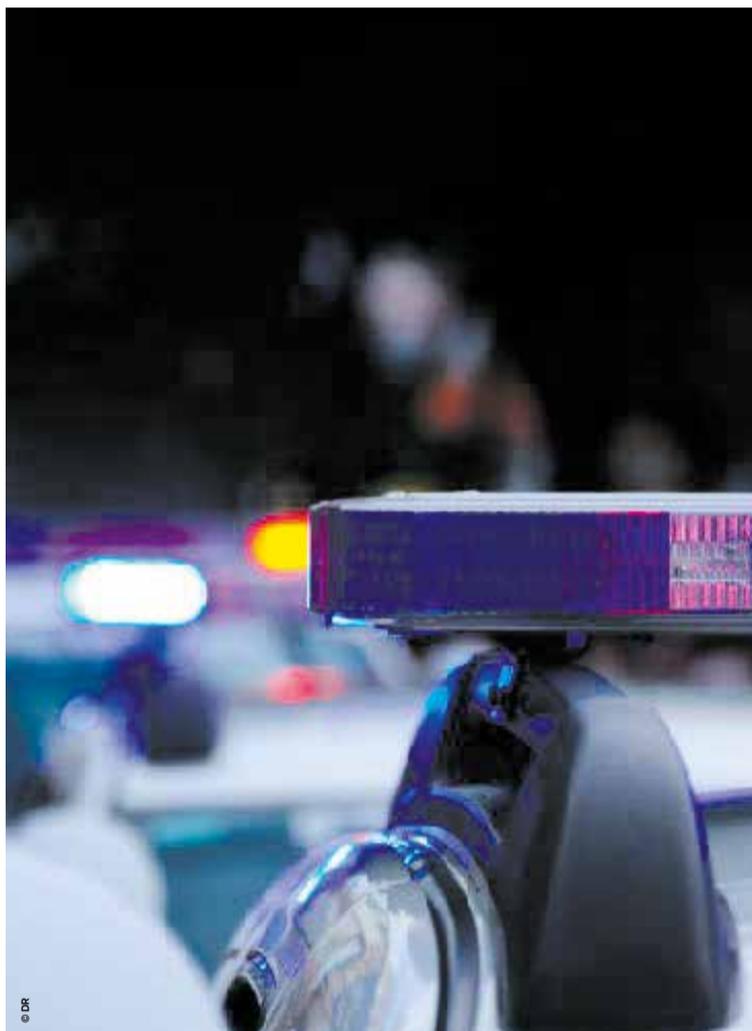
O ministro da Administração Interna (MAI) explicou que o nível de ameaça terrorista subiu de moderado para significativo por “razões de prevenção” e defendeu que a reorganização do controlo de fronteiras vai reforçar a segurança do país.

“Portugal está a atuar por razões de prevenção, por razões de cautela”, ao alterar o nível de ameaça, disse à Lusa José Luís Carneiro, tendo feito notar que a decisão foi feita “em articulação com a União Europeia” por existir “uma guerra na Europa, na Ucrânia, e agora também no Médio Oriente”.

O governante, que falou à Lusa no Entroncamento, distrito de Santarém, indicou que a decisão de “subir mais um nível em relação aos cuidados de prevenção e de alerta” de ameaça decorreu “em função do diálogo que é diariamente realizado entre forças e serviços de segurança” europeus.

O Sistema de Segurança Interna (SSI) decidiu elevar o grau de ameaça terrorista em Portugal de moderado para significativo, considerando, no contexto do conflito entre Israel e o Hamas, “existirem condições que justificam” essa alteração.

Questionado sobre as impli-



cações na segurança interna do fim do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e da transferência das respetivas competências, o MAI disse que “a reformulação da ar-

quitetura de segurança de fronteiras corresponde a um objetivo político” e que o modelo “melhora e reforça as condições de segurança” do país.

CEO DO SNS ATIRA SOBRE MÉDICOS: NOVEMBRO PODE SER DRAMÁTICO SE NÃO HOVER ACORDO

POR AGÊNCIA LUSA

O diretor executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS) avisou que se os médicos não chegarem a acordo com o Governo, novembro poderá ser o pior mês dos últimos 44 anos no SNS.

Numa entrevista ao jornal Público, Fernando Araújo revelou que a reorganização das urgências estará pronta até final do ano e que, dentro de pouco tempo, só poderá ir às urgências quem for enviado pela linha SNS24, por um médico ou por outro hospital.

A poucos dias de uma nova reunião entre os sindicatos médicos e o Ministério da Saúde, o diretor executivo do SNS teme que novembro seja um mês “dramático” e deixa um apelo aos médicos: “Temos de reclamar direitos, mas de uma forma que seja eticamente irrepreensível”. Sobre o aumento proposto do limite anual de horas extraordinárias das atuais 150 para 250, que os sindicatos médicos têm recusado, Fernando Araújo diz que os médicos têm razão e sublinha

que é preciso encontrar “modelos que reduzam a necessidade de horas extras, que se consiga pagar melhor aos médicos pela atividade normal programada”. O diretor executivo reconhece que a reorganização das urgências vai implicar alterar a rede e o mapa [de serviços de urgência], sublinhando: “Temos de ser muito objetivos relativamente à capacidade de resposta que temos. Não podemos ter urgências que estão um dia por semana abertos, outro dia fechados”.

deste grupo migrou para França, 16% para a Suíça e 14% para Espanha.

“Outra alteração relevante é a agilização da emissão de vistos aos cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no âmbito do acordo de mobilidade.

RUBRICA N
**PORTUGAL
REAL**

LISBOA

CHEGA CENSURA AUTARQUIA DE ALENQUER

A bancada municipal do CHEGA em Alenquer apresentou uma moção de censura ao Executivo municipal por considerar que não estão reunidas as condições necessárias para o desenvolvimento e progresso do município de Alenquer.

Na moção a que o Folha Nacional teve acesso, os deputados municipais do CHEGA frisam que, nos últimos dois meses, o “município testemunhou a demissão do vice-presidente do Executivo, Rui Costa, e da eleita número três, Dora Patrícia Pereira”.

Estas demissões, explica a bancada municipal do CHEGA, “juntamente com o atual clima de desconfiança e incerteza que permeia o governo municipal, levantam sérias dúvidas sobre a capacidade de o Executivo em exercício cumprir adequadamente as suas responsabilidades e garantir o bem-estar da população”.

PORTO

PSD VALONGO DEMITE-SE E RECANDIDATA-SE

A comissão política do Partido Social-Democrata em Valongo, no distrito do Porto, decidiu demitir-se em bloco com vista a preparar as eleições autárquicas de 2025. Em comunicado enviado às redações, a comissão política acima referida refere que as eleições vão ter lugar no próximo dia 18.

O atual presidente Hélio Ribeiro será novamente candidato, sublinhando que o “objetivo é o de renovar o compromisso com o desenvolvimento do concelho, estabelecendo um novo ciclo político”. Desta forma, a comissão política do PSD em Valongo força eleições para garantir a sua reeleição e o seu papel na escolha dos próximos candidatos autárquicos no concelho.

Recorde-se que as próximas eleições autárquicas vão ter lugar dentro de, sensivelmente, dois anos, em 2025.

CHEGA PEDE FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA DO AUMENTO DO IUC



© Folha Nacional

POR AGÊNCIA LUSA

O CHEGA apelou, esta semana, ao Presidente da República para que solicite ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva do aumento do Imposto Único de Circulação (IUC) e propôs um aumento máximo de 25% em quatro anos, caso o Governo insista na medida.

"Pedimos, apelamos, ao senhor Presidente da República que submeta ao Tribunal Constitucional preventivamente este aumento do IUC por violação flagrante da Constituição", apelou o presidente do CHEGA, André Ventura, em conferência de imprensa na sede do partido, em Lisboa.

O líder do CHEGA defendeu que esta medida, prevista na proposta do Orçamento do Estado para 2024, que ainda vai ser debatida e votada no parlamento, "é absolutamente inconstitucional por violar o princípio da proporcionalidade".

André Ventura disse ainda que o partido vai organizar no dia 04 de novembro "um enorme protesto nacional" no Marquês de Pombal, em Lisboa, contra o aumento do IUC — que estava inicialmente pensado para a frente da sede do Ministério das Finanças, mas foi alterado devido a "razões de segurança".

O líder do CHEGA admitiu que

"ainda tem esperança" que o primeiro-ministro, António Costa, "aceite alguma reversão nesta matéria".

"Mas se essa esperança não se concretizar, e se o ministro das Finanças se mantiver intransigente neste domínio, esperamos mesmo que todos os portugueses possam protestar contra este brutal aumento de impostos", apelou.

Em causa está uma medida do OE2024 que altera as regras de tributação, em sede de IUC, para os veículos da categoria A de matrícula anterior a 2007 e motocicletas (categoria E), determinando que estes deixem de ser tributados apenas com base na cilindra-

"Pedimos, apelamos, ao senhor Presidente da República que submeta ao Tribunal Constitucional preventivamente este aumento do IUC por violação flagrante da Constituição"

- André Ventura

da (como sucede atualmente), passando a ser considerada a componente ambiental.

André Ventura desafiou o Governo a inscrever o limite de 25 euros de aumento anual "não no Orçamento do Estado, mas diretamente no código" deste imposto.

"Aí ficamos com a garantia de que, independentemente de que orçamento seja, o limite máximo que os cidadãos terão de aumento será de 25 euros", sustentou.

O líder do CHEGA indicou também que o seu partido vai propor no parlamento a revogação deste aumento proposto pelo Governo no Orçamento do Estado para 2024.

JSD DO PORTO QUER PRIMÁRIAS NO PARTIDO

POR AGÊNCIA LUSA

AJSD Distrital do Porto pediu à direção do PSD para propor, no próximo congresso, que o líder social-democrata passe a ser escolhido através do modelo de eleições primárias, abertas a militantes e cidadãos. A proposta será apresentada no congresso extraordinário do partido de 25 de novembro, em Almada, que terá na ordem de trabalhos a altera-

ção dos estatutos e a análise da situação política.

Num comunicado assinado pelo secretário-geral, Alexandre Galiza, a JSD Distrital do Porto lamenta que a sociedade civil esteja "cada vez mais distante" dos partidos, que se "entrincheiraram em núcleos base".

A distrital defende que a eleição através de primárias "irá ajudar a alargar a base de representatividade e, sobretudo, a legitimidade do presidente eleito".

As primárias "aproximam o partido dos cidadãos que não têm militância ativa, mas que se interessam pelo PSD, pela política e pelo país, em especial num momento em que os partidos são vistos como cada vez menos representativos", referiu o comunicado. A proposta enviada à Lusa prevê que as primárias sejam precedidas por um congresso ordinário, no qual qualquer militante poderá apresentar uma lista candidata à liderança do PSD.

FERRO AVISOU QUE SAÍA DA POLÍTICA COM "A DERROTA" DO FIM DA GERINGONÇA



POR AGÊNCIA LUSA

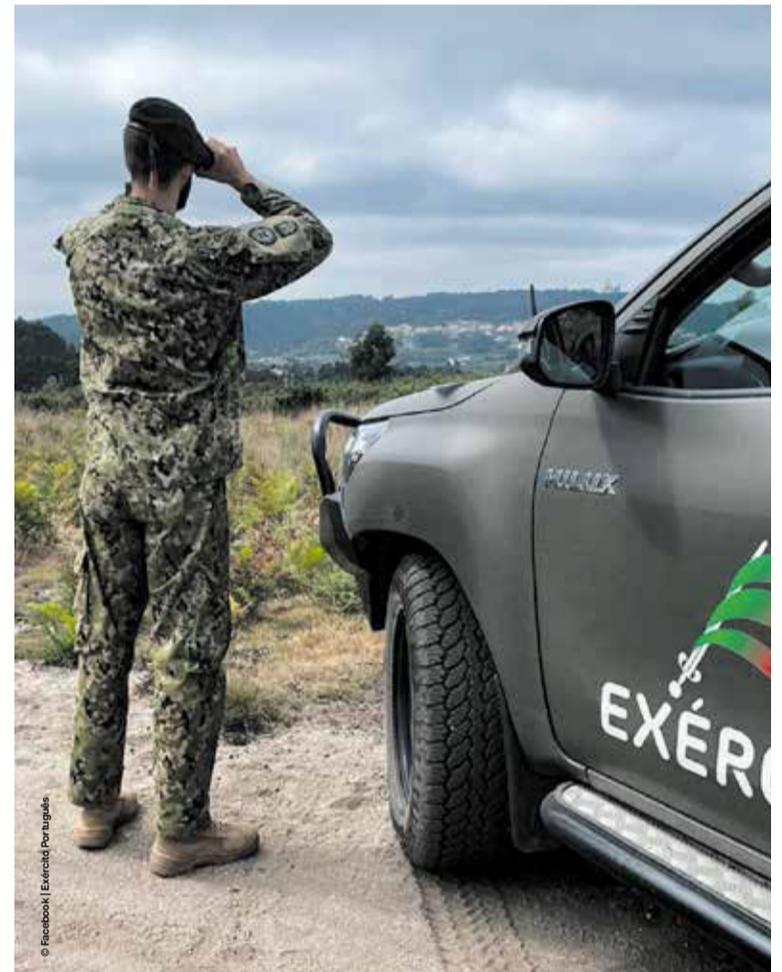
Eduardo Ferro Rodrigues apresentou, esta semana, o seu livro que é sobretudo "um exercício de memória" e não uma autobiografia, um ajuste de contas ou uma "ameaça de regresso à vida política ativa". O antigo líder socialista e ex-pre-

sidente da Assembleia da República Ferro Rodrigues afirmou que comunicou ao chefe de Estado e ao primeiro-ministro que o fim da "Geringonça" ditaria o fim da sua continuação na política ativa. Ferro Rodrigues relatou este episódio ocorrido com Marcelo

Rebello de Sousa e com António Costa em outubro de 2021, após o chumbo da proposta do Governo do Orçamento para 2022, durante a apresentação do seu livro 'Assim vejo a minha vida - Memórias', no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Na sua intervenção, o antigo secretário-geral do PS salientou a sua amizade com Marcelo Rebello de Sousa. "É dos meus amigos mais recentes. Foi realmente uma amizade que se construiu em plena situação nova no plano político, social, económico, cultural, a partir de 2015, e que lamentavelmente foi quebrada com o fim da chamada 'Geringonça' em 2021.

Perante uma sala cheia de convidados, Ferro Rodrigues contou que sentiu o fim da Geringonça - solução política de Governo minoritário do PS que teve suporte parlamentar do PCP, Bloco de Esquerda e PEV entre novembro de 2015 e outubro de 2021 - como uma "grande derrota" também do ponto de vista pessoal. "Disse ao Presidente da República e ao primeiro-ministro, António Costa, que não contassem comigo. Era uma grande derrota que também senti como minha", referiu já na parte final da sua intervenção. Entre os presentes estiveram também o antigo diretor-geral da Saúde Francisco George, José Pacheco Pereira, a campeã olímpica Rosa Mota, o presidente da associação 25 de Abril, Vasco Lourenço, e António Filipe, do PCP.

FORÇAS ARMADAS REDUZEM ALTURA MÍNIMA EXIGIDA



POR AGÊNCIA LUSA

Agrave crise de recrutamento para as Forças Armadas levou a que, escreve o Correio da Manhã, a instituição vá reduzir a altura exigida aos recrutados. Atualmente, a altura mínima para homens é de 1,60 metros e para mulheres é de 1,56 metros. Com esta alteração, a altura mínima exigida passará a ser de 1,54 metros, tanto para homens como para mulheres. Segundo o mesmo jornal, as novas tabelas gerais de inaptidão e incapacidade ainda não foram aprovadas, mas já foram dadas ordens aos centros de recrutamento para adotarem os 1,54 metros como a altura mínima de aptidão. Por seu turno, a ministra da Defesa reconheceu que existe um "desafio grande" na atração de efetivos para as Forças Armadas, mas defendeu que tal se resolve com um conjunto alargado de medidas, como o aumento do suplemento da condição militar. "Vale a pena simplesmente reconhecer que temos de facto um desafio grande na atração e

retenção de pessoal nas Forças Armadas. É um desafio de outros países, reconhecido pela tutela e chefes militares, temos desenvolvido um trabalho importante de medidas para enfrentar esse desafio", defendeu a ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, em declarações aos jornalistas à margem de uma cerimónia que decorreu no Instituto da Defesa Nacional, em Lisboa.

A governante salientou que o trabalho que tem sido desenvolvido tem resultado em medidas como o recente aumento da componente fixa do suplemento da condição militar, de 30 para 100 euros, medida prevista na proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2024 - que será ainda debatido e votado na Assembleia da República. A governante salientou ainda o trabalho feito na "melhoria da habitabilidade das unidades militares". "Uma grande variedade de medidas a que se soma evidentemente os aumentos salariais previstos para a Administração Pública", serão também aplicados aos militares, disse.

MINISTRO DAS FINANÇAS CENTRALIZA DOIS TERÇOS DA DESPESA RETIDA, AVISA UTAO

POR AGÊNCIA LUSA

A Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) estimou, na quarta-feira, que o ministro das Finanças irá centralizar, no próximo ano, cerca de dois terços da despesa retida, isto apesar das alterações introduzidas pelo Orçamento do Estado para 2024 (OE2024). Na análise preliminar à proposta do OE2024, a unidade liderada por Rui Nuno Baleiras refere que o ministro das Finanças, Fernando Medina, irá manter o poder discricionário sobre 67,3% dos instrumentos de controlo da despesa, o correspondente a 1.697 milhões de euros. Deste modo, os restantes 32,7% ficam descentralizados na tutela setorial.

Os técnicos que dão apoio aos deputados explicam que a totalidade dos instrumentos convencionais de controlo de despesa ascendem no próximo ano a 2.521 milhões de euros. "A transferência do poder decisório sobre as cativações para a tutela setorial representa a descentralização de cerca de um terço (824 milhões de euros) destes instrumentos", pode ler-se na análise preliminar divulgada na última quarta-feira.

A UTAO sublinha que as cativações continuam a existir na proposta do orçamento, mas



deixam de depender do ministro das Finanças e o poder decisório passa para o membro responsável pela área setorial. Segundo a Unidade, as cativações são o instrumento

com maior peso no total dos instrumentos de controlo de despesa, (824 milhões de euros, com um peso de 32,7%), seguindo-se as dotações centralizadas para fins espe-

cíficos (745 milhões de euros; 29,6%), a dotação provisional (500 milhões de euros; 19,8%) e a reserva orçamental (452 milhões de euros; 17,9%). Os técnicos salientam ainda

que para 2024 se prevê uma redução de 10% na totalidade dos instrumentos convencionais de controlo de despesa, mas no novo enquadramento legislativo da proposta orçamental o poder de decisão do Ministério das Finanças sobre estes instrumentos recua 39,4% face a 2023.

A UTAO sublinha que as cativações continuam a existir na proposta do orçamento, mas deixam de depender do ministro das Finanças

"Esta evolução resulta do efeito combinado da transferência do poder decisório sobre a libertação das cativações para a tutela setorial e da redução da dotação provisional", pode ler-se na análise preliminar.

Na apresentação do Orçamento do Estado para 2024, o ministro das Finanças, Fernando Medina, explicou que é retirado "o poder do Ministério das Finanças de fazer a gestão das cativações", por considerar que a "fórmula dos cativos" estava a ser mais "prejudicial do que benéfica" para a execução orçamental de diversos serviços.

DÍVIDA DAS FAMÍLIAS, EMPRESAS E ESTADO SOBE PARA 811,2 MILHÕES

POR AGÊNCIA LUSA

O endividamento do setor não financeiro (administrações públicas, empresas e particulares) aumentou 1.400 milhões de euros em agosto face a julho deste ano, somando 811.200 milhões de euros, informou o Banco de Portugal (BdP).

Deste total, 445.000 milhões de euros respeitavam ao setor privado (empresas privadas e particulares) e 366.200 milhões de euros ao setor público (administrações públicas e em-

presas públicas).

Em agosto, o endividamento do setor privado subiu 1.300 milhões de euros, com o endividamento das empresas privadas a aumentar 1.300 milhões de euros, essencialmente perante as empresas (1.000 milhões de euros), devido à emissão de títulos de dívida de longo prazo.

Já o endividamento dos particulares decresceu 100 milhões de euros, principalmente junto do setor financeiro.

Quanto ao endividamento do setor público, aumentou em 100 milhões de euros, traduzindo um acréscimo perante as administrações públicas (600 milhões de euros) e uma redução junto do exterior (500 milhões de euros).

Em termos homólogos, face a agosto de 2022, o endividamento das empresas privadas teve um crescimento praticamente nulo, após ter aumentado em julho 0,6% em relação ao mesmo mês homólogo do ano anterior.

VINHO MADEIRA APOSTA NA SUBIDA DE EXPORTAÇÕES

POR AGÊNCIA LUSA

O Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira (IVBAM) organiza o dia de promoção do Vinho Madeira em Los Angeles, para aumentar as exportações e destacar a ligação histórica com os EUA.

"Os Estados Unidos são um mercado de extrema importância para a exportação do Vinho Madeira, considerando que é o primeiro país em termos de valor", disse à Lusa a presidente do Conselho Direti-

vo do IVBAM, Paula Jardim. O event 'Madeira Wine Experience' terá a participação da Henriques & Henriques, Vinhos Barbeito, The Rare Wine Company, D' Oliveiras, Justino's Madeira Wines, Broadbent Selections, Blandy's, Cossart Gordon e Miles.

"O objetivo desta ação é dar um pouco a conhecer a ligação que o Vinho Madeira tem com os Estados Unidos e aumentar a comercialização para este mercado", frisou Jardim.

Opinião


UMA ALEGORIA CAMUFLADA

POR **ANÍBAL NOVAIS**
TÉCNICO DE OPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO DE ENERGIA

Vamos fazer um regresso ao passado na História até à Grécia Antiga, ao espaço temporal, e à primeira civilização do mundo que nos deixou a maior herança social – a “Demokratia”, mais concretamente à Era de Platão, com a sua obra “A Alegoria da Caverna”.

Para resumir a história, Platão fala-nos de um grupo de prisioneiros numa caverna, no escuro, voltados para uma parede, onde nas suas costas está uma fogueira e circulam pessoas fazendo barulhos e sombras.

Um dia, um dos prisioneiros é libertado para sair da caverna e ver o mundo real, o qual reage com tremenda desconfiança de tudo que lhe começa a ser apresentado como sendo a realidade, com os seus olhos quase cegos de ver a luz pela primeira vez depois de tanta escuridão, não parece acreditar no que vê. Segue-se então o dia em que esse prisioneiro, agora ciente da realidade, volta à caverna para tentar libertar os seus companheiros prisioneiros do medo e da escuridão, dizendo-lhes que o mundo fora da caverna é lindo e seguro, com muita luz...

Os prisioneiros recusam-se a acreditar, querendo infligir violência no seu antigo companheiro por considerarem este um mensageiro de desgraça, que lhes quereria lançar a última maldade, pretendendo estes permanecerem na escuridão apesar de ser uma situação de extremo desagrado e dificuldade, mas pelo menos não seria algo pior...

Estão a ver onde quero chegar não estão?

Do menor ao mais alto intelecto, a maioria da sociedade portuguesa neste século, e nos finais do passado, tem-se caracterizado por apresentar uma mentalidade de refúgio, muito avessa a mudanças, preferindo sempre garantir um nível de comodidade básica.

Isto é a alegoria da península ibérica. Porquê? Vejamos: Numa era em que a globalização se tornou uma realidade, os avanços tecnológicos nos dão tanta informação em tempo real, e que o aquecimento global ainda não foi capaz de nos transformar na Atlântida dos tempos modernos, qual a razão para ainda estarmos

“acorrentados contra a parede” como um todo?

Temos os nossos vizinhos espanhóis que são a fogueira nas nossas costas, temos a Alemanha, a Bélgica, a Holanda, a Polónia, a Finlândia, a Irlanda a fazerem-nos sombra, a viverem o mundo no seu esplendor, de ano para ano, prisioneiros portugueses saem da caverna para esses países, e ainda assim, poucos conseguem libertar os que cá continuam...

E libertar é difícil até porque se formos a ver...

Serão assim tão diferentes? Não na essência do sistema político, pois esse é a democracia, e os factos são inegáveis: é o sistema político de organização de uma sociedade que melhor resulta, porque é o sistema que espelha 100% a função que determina: o poder do povo.

Então porque continuamos a sofrer tanto? Porque isto não depende do prisioneiro que volta com a informação que temos condições para vivermos melhor, porque essas são conhecidas e não precisamos de inventar nada, apenas de copiar os bons exemplos, mas sim de estarmos verdadeiramente dispostos como um todo a querer abandonar esta caverna, e como um todo, ou como uma maioria, nós temos esse poder – é a democracia a funcionar, é votar! É dar a oportunidade! É chegarmos cada vez mais e mais com factos, com a realidade a quem nos rodeia.

Depois de tantos anos de promiscuidade, de estagnação e vários retrocessos, claro que um prato com um pedacinho de comida 1x por dia é melhor que nada, e isso vai sendo garantido a todos os prisioneiros para a sua subsistência, é assim que se mantém prisioneiros, só que destas últimas feitas vêm os IVAuchers, os 125€... e por aí fora.

Qual é a nossa luta? Não é o socialismo na íntegra, são as pessoas que já estão anestesiadas há muitos anos pela sua ideologia e propaganda... e todos sabemos que não é fácil mudar mentalidades, mas também, se não for agora, quando irá ser? Eu sei a resposta do português comum...

Eu cá vou aguardar por ter a certeza, até lá, ajudem-me a estar enganado!



Do menor ao mais alto intelecto, a maioria da sociedade portuguesa tem-se caracterizado por apresentar uma mentalidade de refúgio

↳ Aníbal Novais



Portugal não tem falta de profissionais de saúde, o que falta a Portugal é uma gestão profissional no setor público da saúde.

Felicidade Alcântara

Opinião


SNS - SISTEMA NACIONAL SOCIALISTA

POR **FELICIDADE ALCÂNTARA**
GESTORA

A política portuguesa tem-se degradado nos últimos anos, conduzida por um governo socialista, culminando em uma disfunção total de políticas, princípios e propostas de solução para os problemas que o país enfrenta. Os portugueses hoje desconfiam dos políticos do regime e das elites o que se deve a clientelismo nos cargos públicos, a décadas de corrupção e a falhas na Saúde, Habitação, Educação, Justiça e Defesa.

Cada ano que passa sob a governação socialista os portugueses são confrontados com orçamentos de estado “perfeitos” que privilegiam o circunstancial, o imediato eleitoralista e abandonam o estrutural que deveria ser o reflexo de políticas reformadoras de longo prazo e preocupadas com o desenvolvimento do país garantindo o aumento da riqueza e consequentemente a sua justa distribuição. Os impostos aumentam, a inflação destrói os orçamentos familiares, a educação pública não garante a aprendizagem e, pasme-se, uma das bandeiras do socialismo e da esquerda está em rutura - O Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O SNS tem sido assolado por uma gestão danosa, baseada em razões ideológicas, que nos levou à destruição do sistema tal como o conhecíamos. Após anos de avisos dos Profissionais de Saúde para a rutura do SNS no horizonte e quando não é mais possível esconder a ruína do mesmo, na tentativa de resolver o problema, que é ideológico sublinhe-se, as ações do PS multiplicam-se com a criação do Diretor executivo, e toda a sua estrutura, 300 pessoas (com cartão do PS) e 30 milhões de euros de orçamento; com a expansão das Unidades Locais de saúde; com a criação de Centros de Responsabilidade Integrados nos hospitais; e com a generalização das Unidades de Saúde Familiar. Tudo isto aparenta uma solução genial tirada da cartola de um ilusionista, como é o nosso primeiro-ministro, não fosse a realidade que vivemos de urgências fechadas, de listas de espera intermináveis e de hospitais e centros de saúde sem profissionais de Saúde que após anos de entrega e serviço ao país, com salários mi-

seráveis e condições de trabalho deploráveis, migram para o setor privado ou para o estrangeiro que lhes dão condições de trabalho e salários justos.

Portugal não tem falta de profissionais de saúde, o rácio destas classes profissionais é razoável comparado com os nossos parceiros Europeus (segundo a OCDE), o que falta a Portugal é uma gestão profissional no setor público da saúde. A lei básica e elementar da gestão de recursos humanos baseia-se na oferta e na procura, será que é necessário explicarmos isso aos nossos governantes? As outras vertentes do problema são os cuidados de saúde primários, mal geridos, não conseguindo dar resposta, entupindo as urgências hospitalares e as condições de trabalho, que embora com investimentos avultados em hospitais e centros de saúde novos e com boas condições físicas, falham em toda a linha na gestão corrente dos consumíveis e dos equipamentos onde se assiste a falhas constantes de materiais e a equipamentos avariados durante largos períodos de tempo e equipamentos novos que não são utilizados. A última linha são os hospitais centrais de Lisboa e Porto que continuam a funcionar em edifícios velhos, sem condições, onde se gastam valores avultados para obras de “remendos” que apenas maquilham a degradação. A tudo isto acresce os anos de pandemia, durante os quais os doentes não Covid foram completamente esquecidos, não se diagnosticando doenças graves, não se acompanhando as doenças crónicas já existentes, cancelando-se todos os programas de prevenção, onde os hospitais foram virados do avesso e os profissionais levados à exaustão.

Os portugueses só recuperarão o seu SNS se uma gestão profissional recuperar os recursos humanos com salários competitivos e se integrar todo o sistema em rede informática nacional, poupando centenas de consultas e de exames complementares de diagnóstico.

O nosso ilusionista António Costa aconselha os Portugueses a não irem aos hospitais mas sim a telefonarem. Os hospitais e centros de saúde que nos vendem para 2024 serão idílicos se não tiverem doentes, pois profissionais de saúde e condições não terão com certeza.



POR AGÊNCIA LUSA

O atual ministro da Economia da Argentina, Sergio Massa, venceu com surpresa a primeira volta das eleições presidenciais e irá disputar a segunda volta com o economista ultraliberal Javier Milei. Com 86% das mesas contabilizadas, Massa obteve 36,2%, seguido por Milei, com 30,3%, e pela candidata da coligação de centro-direita Juntos pela Mudança, Patricia Bullrich, a maior derrotada, que somou 23,71%. Os resultados provisórios fo-

ram celebrados em clima de festa, com a presença massiva de militantes, sindicalistas e membros de organizações sociais, na sede do movimento União pela Pátria, que apoia Sergio Massa, de 51 anos. Isto porque as sondagens tinham previsto que o candidato "antissistema" Javier Milei iria voltar a ser o mais votado na primeira volta das presidenciais, repetindo a vitória conquistada nas primárias de 13 de agosto. Apesar de Sergio Massa ser o ministro da Economia num país que sofre de níveis de inflação

recorde – 138,3% nos últimos 12 meses – o candidato de centro-esquerda garantiu a presença do bloco governamental na segunda ronda. Cerca de 77,7% dos eleitores argentinos votaram nas eleições gerais, o que representa um aumento de quase nove pontos percentuais em relação às primárias, mas o segundo valor mais baixo em votações gerais, anunciaram fontes oficiais. A taxa de participação foi a segunda mais baixa numa eleição geral – tanto na primeira como na segunda volta – desde o re-

MASSA VENCE PRIMEIRA VOLTA E VAI DISPUTAR PRESIDÊNCIA DA ARGENTINA COM MILEI

Os resultados provisórios foram celebrados em clima de festa, com a presença massiva de militantes, sindicalistas e membros de organizações sociais

gresso do país à democracia. Cerca de 35,4 milhões de argentinos foram chamados a eleger o Presidente e o vice-presidente, bem como a renovar 130 dos 257 lugares na Câmara dos Deputados e 24 dos 72 no Senado, e a nomear 43 representantes argentinos no Parlamento do Mercosul (Parlasul, o órgão legislativo do bloco constituído pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). E também para escolher dirigentes nas províncias de Buenos Aires, Catamarca, Entre Ríos e a Cidade Autónoma de Buenos Aires.

CHINA ACUSA OS EUA DE SEREM O “MAIOR ELEMENTO PERTURBADOR DA PAZ E DA ESTABILIDADE”

POR AGÊNCIA LUSA

A China acusou os EUA de serem o “maior elemento perturbador da paz e da estabilidade” no mundo, numa reação a um relatório do Pentágono sobre a crescente expansão militar do país asiático. O relatório anual é uma forma de o Pentágono avaliar as capacidades militares da China, que os EUA consideram como a principal ameaça na região Ásia-Pacífico e o maior desafio de segurança a longo prazo. Em comunicado, o ministério da Defesa chinês qua-

lificou as conclusões do relatório como “falsas” e atacou as recentes ações dos EUA em apoio a Israel e à Ucrânia. “Os EUA enviaram munições de urânio empobrecido e bombas de fragmentação para a Ucrânia; porta-aviões de combate para o Mediterrâneo e armas e munições para Israel. É este o ‘evangelho’ que o ‘defensor dos Direitos Humanos’ está a trazer para a região?”, questionou o porta-voz do ministério da Defesa chinês.



REPUBLICANO MIKE JOHNSON ELEITO LÍDER DA CÂMARA DOS REPRESENTANTES

POR AGÊNCIA LUSA

O Republicano Mike Johnson, representante do 4º distrito da Luisiana, foi eleito líder da Câmara dos Representantes após três semanas de caos no Congresso norte-americano. Johnson recebeu 220 votos, mais três que os 217 de que precisava para ser eleito ‘speaker’, unindo as várias fações que até aqui se mostraram indisponíveis para apoiar um só candidato perante a destituição histórica de Kevin McCarthy, no início de outubro. O congressista vai liderar uma maioria

curta numa câmara dividida, com 221 republicanos e 214 democratas, e terá de resolver o problema do orçamento temporário, que expira a 17 de novembro. Alinhado com a ala mais conservadora da maioria Republicana, o novo líder, de 51 anos, é considerado um aliado feroz de Donald Trump. Liderou a iniciativa assinada por mais de 100 congressistas republicanos em apoio ao processo do Texas que pretendia reverter a vitória de Joe Biden em 2020 e defendeu o ex-presidente durante o ‘impeachment’.

DOIS ATAQUES ARMADOS CAUSAM PELO MENOS 16 MORTOS NO MÉXICO



POR AGÊNCIA LUSA

Dois ataques armados causaram, pelo menos, 16 mortos, incluindo 12 agentes da polícia, em dois estados do sudoeste do México assolados pela violência ligada ao tráfico de drogas, avançaram as autoridades locais.

Uma patrulha policial foi atacada na cidade de Coyuca de Benítez, no estado de Guerrero, matando 11 pessoas, segundo o Ministério Público local. Quatro civis e um agente policial foram também mortos em um outro ataque armado na cidade de Tacambaro,

no estado vizinho de Michoacán. Estas duas regiões, corredores estratégicos para o tráfico de drogas ao longo da costa do Pacífico, são palco frequente de ações criminosas atribuídas a poderosos cartéis mexicanos. Em Coyuca de Benítez, a patrulha escoltava o secretário para a Segurança do estado de Guerrero quando foi atacada, disse o procurador-adjunto, Alejandro Hernández. A imprensa local afirma que o secretário, Alfredo Alonso Lopez, bem como o diretor da Polícia, Honório Salinas, estão entre os mortos. "Não tínhamos conhecimento de quaisquer ameaças contra autoridades" de Coyuca de Benítez, disse Alejandro Hernandez.

Imagens que circulam nas redes sociais mostram diversas pessoas em uniforme, deitadas de bruços no chão, com as mãos amarradas e aparentemente sem vida. Também na segunda-feira, um outro ataque, no estado vizinho de Michoacán, deixou cinco mortos e dois feridos, quando homens armados atacaram o irmão do autarca da cidade de Tacambaro, segundo o Ministério Público local. Um funcionário de um restaurante e um agente da polícia municipal estão entre as vítimas, enquanto o irmão do autarca ficou ferido. Num vídeo publicado nas redes sociais, homens armados são vistos a abrir fogo antes de fugirem em vários veículos.

ISRAEL QUER GUTERRES FORA DA ONU APÓS APOIO À PALESTINA

POR AGÊNCIA LUSA

O embaixador israelita junto das Nações Unidas (ONU), Gilad Erdan, pediu esta terça-feira ao secretário-geral, António Guterres, que se demita "imediatamente" após ter dito que os ataques do Hamas "não aconteceram do nada". "O secretário-geral da ONU, que demonstra compreensão pela campanha de assassinio em massa de crianças, mulheres e idosos, não

está apto para liderar a ONU. Peço-lhe que renuncie imediatamente", escreveu o diplomata no X (antigo Twitter). "Não há qualquer justificação ou sentido em falar com aqueles que demonstram compaixão pelas mais terríveis atrocidades cometidas contra os cidadãos de Israel e o povo judeu. Simplesmente não há palavras", acrescentou. Momentos antes, na abertura da reunião do Conselho de Segurança, Guterres admitiu ser

"importante reconhecer" que os ataques do Hamas "não aconteceram do nada", frisando que o povo palestino "foi sujeito a 56 anos de ocupação sufocante".

"Viram as suas terras serem devoradas por colonatos e assoladas pela violência; a sua economia sufocada; as suas pessoas deslocadas e as suas casas demolidas. As suas esperanças de uma solução política para a sua situação têm vindo a desaparecer", prosseguiu Guterres.

EUA PROCESSAM META POR SER PERNICIOSA PARA OS JOVENS



POR AGÊNCIA LUSA

Uma coligação de 41 Estados mais o Distrito de Colúmbia processou a Meta, que controla Facebook, Instagram e WhatsApp, acusando-a de as suas redes sociais criarem dependência e serem prejudiciais para as crianças.

Arcansas e Utah aprovaram leis que proíbem o acesso de crianças com menos de 13 anos às redes sociais e exigem que os adolescentes menores de 18 anos tenham o consentimento dos pais

Esta ação é a iniciativa mais relevante de autoridades estaduais norte-americanas para travar o impacto das redes sociais na saúde mental dos menores e obrigar a Meta a mudar as características das suas redes, pelo perigo que dizem representar para os utilizadores mais jovens.

Um total de 33 Estados, entre os quais Colorado e Califórnia, apresentou um processo conjunto no tribunal federal do Distrito Norte da Califórnia, enquanto outros procuradores-gerais de Washington D.C. e de outros oito Estados apresentaram queixas separadas em tribunais federais, estaduais ou locais. A quantidade de queixas radica em uma investigação feita em 2021 sobre as maneiras diferentes como o conglomerado tecnológico contribuiu para os problemas de saúde mental entre os jovens. Em 2021, o The Wall Street Journal publicou uma reportagem sobre como o Instagram piorava a perceção entre os utilizadores, em particular meninas e adolescentes, sobre os respetivos corpos, e realçou que a empresa estava ciente disto. Estados como o Arcansas ou o Utah aprovaram leis que proíbem o acesso de crianças com menos de 13 anos às redes sociais e exigem que os adolescentes menores de 18 anos tenham o consentimento dos pais. A Califórnia aprovou leis que exigem que as empresas tecnológicas examinem as suas plataformas para procurarem possíveis riscos e problemas.



Opinião



LIMPEZA NA CIDADE (UMA PRIORIDADE)

POR **ANTÓNIO ANDRÉ**
FARMACÉUTICO

A limpeza de uma cidade desempenha um papel fundamental na qualidade de vida dos seus habitantes, assim como na manutenção e preservação do meio ambiente citadino e rural. Ademais é o resultado da evolução civilizacional e de organização cívica em sociedade. Contudo, parecendo um tema simples, é um problema, que não deve ser subestimado.

A responsabilidade integral, pela conservação regular e gestão do espaço público, cabe à coordenação da Câmara Municipal, assim como às juntas de freguesia. À Câmara compete, pois, a diligência de administrar e gerir os recursos públicos, seja ao nível financeiro, seja ao nível dos recursos humanos, incluindo aqueles destinados à limpeza urbana. Na gestão deste tema, cabe à Câmara providenciar, eficaz e atempadamente: a recolha dos resíduos, a disposição bem assinalada e acessível dos depósitos; a limpeza por via manual ou mecânica das ruas e praças; e a gestão e manutenção dos parques públicos, jardins e infraestruturas lúdico-didáticas. Neste caso, a recolha eficiente, bem como regular, dos resíduos é essencial para evitar a alarmante acumulação dos mesmos nas ruas, facto esse que impacta diretamente no carácter estético da cidade e riscos para a saúde pública. Aos cidadãos cabe também uma atitude e comportamento cívicos, na manutenção do espaço público, pois a sua conduta moral e ética, está relacionada com o lixo na nossa via pública. Deve, a Câmara salvaguardar que os serviços de recolha, tenham uma cadência regular e com uma distribuição otimizada às necessidades da população. A presença de recursos humanos da área da limpeza, é crucial para a manutenção do espaço público, por forma a que seja agradável tanto aos cidadãos residentes como para com os turistas que nos visitam. De grosso modo, é imperioso realçar que a manutenção dos espaços verdes torna os espaços públicos apelativos, contribuindo para a diminuição da temperatura na cidade, e para o bem-estar coletivo e individual dos moradores, além do seu

contributo para a preservação da biodiversidade urbana. A população tem uma responsabilidade direta, e cumulativa, na gestão e manutenção da via pública, pois é esta que está na origem dos resíduos sólidos, cabendo-lhe, assim a adoção de um comportamento cívico na manutenção vital destes espaços. Em Évora deve a Câmara continuar a acompanhar a transição tecnológica, no sentido de melhorar a eficácia na gestão e manutenção da higiene, quer pela recolha inteligente e seletiva dos plásticos, papel e vidro, e acima de tudo, dar ao cidadão ferramentas, através da promoção comportamentos responsáveis, educação ambiental, e cidadania proactiva. Évora, é uma cidade com peso histórico, a caminho do grande evento internacional que é a "Capital europeia da cultura 2027", mas ao cidadão comum, o que é notório é o insuficiente ou inexistente, cuidado e zelo da cidade quer seja na recolha, manutenção ou higienização da via pública, seja na reabilitação e manutenção das infraestruturas públicas. Os parques estão degradados, os jardins mal tratados e cada vez com menos árvores na cidade. Em contraciclo, nas grandes capitais estamos perante um caminho da arborização para redução da poluição, radiação e temperatura, enquanto Évora vai no caminho inverso. É uma cidade doente, com menos higiene e mais despida. Urge uma mudança na gestão, visto que este executivo municipal já não tem ideias inovadoras, nem sequer motivação para os desafios com que Évora se irá deparar. Em suma, Évora merece mais e deve respeito por quem cá vive. Queremos uma responsável gestão dos espaços, ao invés do ingrato abandono a que infelizmente nos vão por cá habituando. A limpeza da cidade é uma prioridade, e cabe aos eborenses a derradeira palavra, pela inspirada palavra e corajoso exemplo no pão de cada dia, para que se possam sempre recordar e jamais esquecer, de que o património, mais que ter, há que manter. Existem diversas formas de ver as coisas, mas duvido que haja mais do que uma de as ver bem, não é?



A recolha eficiente e regular dos resíduos é essencial para evitar a alarmante acumulação dos mesmos nas ruas

↳ António André



Foi criado um cargo de um provedor de supervisão não inscrito na ordem (um amador em assuntos de Medicina animal e saúde pública) a ser remunerado

↳ Carolina Martins

Opinião



PELA NÃO INGERÊNCIA POLÍTICA NAS ORDENS PROFISSIONAIS

POR **CAROLINA MARTINS**
MÉDICA VETERINÁRIA

Embora a tentativa do Projeto do Conselho de Ministros, cujo fio condutor foi sempre de origem ideológica e nunca de carácter técnico científico, tenha sido transversal a todas as Ordens, é na Ordem dos Médicos Veterinários que me vou focar.

O Estado passa para a opinião pública que existe uma deliberação/ imposição da OCDE que condiciona Portugal a uma mudança regulamentar dos Estatutos das Ordens e que caso não cumpra essa meta o país é penalizado com o não recebimento do dinheiro do PRR: é mentira! Por altura da Troika o relatório da OCDE colocou sim uma meta a Portugal que se resumia a minimizar os entraves ao exercício da profissão aos jovens. Na altura a OMV nem foi visada porque desde que os mesmos possuíssem um certificado de habilitações em Medicina Veterinária acediam à cédula. Todas as Ordens reuniram individualmente com o grupo parlamentar do PS na Assembleia da República em protesto. No que diz respeito à OMV a posição da mesma foi opor-se à imposição da revisão estatutária e o que foi dito e dado por garantido é que a nossa Ordem não seria visada. No entanto, dia 30 de Março de 2022 houve uma votação na generalidade na Assembleia da República que contrapunha tudo aquilo que havia sido dito anteriormente na reunião prévia e obviamente que a regulamentação pela ingerência das Ordens foi aprovada pela maioria absoluta do PS. A real intenção do PS é a de acabar com as Ordens profissionais e/ou torná-las não autónomas totalmente submetidas ao poder político. A ingerência nas Ordens é uma tentativa de domínio pelo Estado para controlar os atos próprios inerentes às profissões de acordo com a ideologia do PS e sem qualquer critério científico. É uma situação inadmissível colocando em risco quase todos os sectores de atividade profissional.

Também está prevista a criação de um conselho de supervisão constituído por membros não inscritos nas Ordens para os nossos atos serem "julgados" por pessoas que não têm conhecimentos para tal. O poder político faz um escrutínio cuidadoso das atividades profissionais numa

Democracia" na qual não prevalecem os princípios democráticos mas ressurgem os tiques ditatoriais. As Ordens estão a ser as principais visadas porque na altura da geringonça os sindicatos estavam convenientemente silenciados. Existe um artigo muito específico passo a citar o nº58 da alteração dos estatutos IMPOSTA pelo governo que prevê que pessoas "legalmente autorizadas" possam exercer Atos Médicos Veterinários sem vedar e restringir esses atos em exclusivo a Médicos Veterinários. Esse artigo tem de especificar e vedar a prática de atos Veterinários exclusivamente a Médicos Veterinários inscritos na Ordem. A não correção deste artigo é uma porta aberta para a legalidade na usurpação de funções que já constitui uma prática usual e não penalizada. É uma via de "alimentar" lobbies de amadores para o exercício da má prática da Medicina Veterinária com todos os riscos para a Saúde Animal e Humana que daí advêm, é preciso lembrar o papel do Médico Veterinário vital na inspeção higio-sanitária, na prevenção e erradicação de zoonoses, no controle de qualidade alimentar. Esta leviandade vai resultar em muitos danos na saúde dos animais e das pessoas, danos eventualmente fatais. Também foi criado um cargo de um provedor de supervisão não inscrito na ordem (logo um amador em assuntos de Medicina animal e saúde pública) a ser remunerado. Esse tacho coloca a sobrevivência financeira da Ordem em risco, uma vez que a Ordem subsiste das quotas pagas pelos Veterinários. Urge uma mudança política neste modelo político que pelas atitudes demonstra uma inqualificável capacidade de decidir corretamente os destinos de Portugal e das suas gentes. Como reflexão final vou mencionar uma parte da oratória do Professor Doutor André Ventura no âmbito deste tema, que propõe o PS a dar o exemplo criando Membros de Supervisão não afetos ao PS e sim militantes de outros partidos como membros de Jurisdição Interna. Vamos entrar na luta e vencer batalha atrás de batalha e tenho a certeza que JUNTOS e UNIDOS ganharemos com honra e dignidade esta luta contra a praga socialista!

MINISTRA DIZ QUE “NÃO SERÃO CONSTRUÍDOS MAIS ESTÁDIOS” PARA O MUNDIAL 2030

POR AGÊNCIA LUSA

A ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares confirmou, esta semana, que “não serão construídos mais estádios” para o Mundial2030 de futebol, atribuindo a ausência de informação detalhada sobre o impacto económico à fase embrionária em que processo se encontra. “Não serão construídos mais estádios, o que significa que o papão da derrapagem (financeira) não se coloca. Há o Estádio da Luz, o Estádio de Alvalade e o Estádio do Dragão, que estarão ao serviço do Mundial2030 e vão receber mais de uma dezena de jogos”, afirmou Ana Catarina Mendes, em audição na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Assembleia da República. A ministra com a tutela do Desporto lembrou que o torneio só vai realizar-se dentro de sete anos, o que inviabiliza a resposta sobre “todos os pormenores relacionados com o envolvimento do Estado português” no evento, como consta do pedido de audição urgente efetuado pela IL. “Não sabemos a realidade daqui a sete anos. Sei uma coisa: quer o Estado português, quer a Federação Portuguesa de Futebol estarão envolvidos no melhor Mundial de sempre, na celebração do centenário”, assinalou Ana Catarina Mendes, que esteve acompanhada do secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Rebelo. A ministra assinalou que só terá dados mais detalhados



após a apresentação da carta de intenções, cuja data limite é 31 de outubro, uma vez que a estimativa de custos efetuada inicialmente pela candidatura de Portugal e Espanha está de-

satualizada, devido à inclusão de Marrocos entre os países organizadores e à alteração do modelo competitivo. A ministra com a pasta do Desporto considerou que é preciso

“racionalizar os investimentos feitos ao longo dos anos”, como o aproveitamento dos centros de treino e estágio existentes. “Sustentabilidade é a palavra de ordem na organização deste Mundial”, sustentou Ana Catarina Mendes, tendo com base o “respeito pela contratação pública, total transparência no

uso dos dinheiros públicos e garantia de prestação de contas”. O Campeonato do Mundo de futebol de 2030 vai ser organizado por Portugal, Espanha e Marrocos, anunciou em 04 de outubro a FIFA. Portugal estreia-se em Mundiais, depois de ter recebido o Euro2004, a Espanha o Euro1964 e o Mundial1982, enquanto Marrocos acolheu a Taça das Nações Africanas (CAN) em 1988. Esta vai ser a primeira vez que um Mundial será repartido por seis países. Uruguai, Argentina e Paraguai vão receber três jogos do Mundial, como forma de “celebrar o centenário” da competição, cuja primeira edição decorreu no Uruguai, em 1930.

“Há o Estádio da Luz, o Estádio de Alvalade e o Estádio do Dragão, que estarão ao serviço do Mundial2030 e vão receber mais de uma dezena de jogos”

HISTÓRICA LIVRARIA BARATA PASSA A SER UMA LOJA FNAC

POR AGÊNCIA LUSA

A Livraria Barata, uma das mais icónicas de Lisboa, mantém a distinção de Loja com História, após integrar o grupo Fnac, pois o espaço emblemático “continua a cumprir os critérios que lhe conferiram a sua singularidade”, informou a autarquia. “A Barata/Fnac foi sujeita a uma nova avaliação por parte dos serviços competentes da CML [Câmara Municipal de Lisboa], que concluíram continu-

ar a reunir as características que lhe são distintivas”, segundo uma nota do município liderado por Carlos Moedas. A livraria da Avenida de Roma passou em agosto a ser gerida integralmente pela cadeia francesa Fnac e “a sua principal atividade permanece assente na venda de livros, jornais, revistas e papelaria, complementada por um espaço polivalente na cave, destinado ao lançamento de livros e também para peque-

nos concertos”, lê-se no comunicado. A autarquia considerou que “esta diversidade de atividades contribui para a vitalidade e atratividade da livraria, o que a torna um importante e incontornável espaço cultural e social” da cidade. Além disso, “os elementos decorativos tradicionais, como o pavimento em calçada portuguesa, foram preservados, mantendo a autenticidade e o charme” do local.

ARTE URBANA NO DEGRADADO TÚNEL ALCÂNTARA-MAR

POR AGÊNCIA LUSA

A reabilitação do degradado túnel de acesso à estação de Alcântara-Mar foi incluída na programação do Muro -- Festival de Arte Urbana de Lisboa, que decorre até domingo, dedicado à mobilidade, nas freguesias da zona ribeirinha ocidental da capital. O túnel que liga as avenidas da Índia e de Brasília à estação ferroviária de Alcântara-Mar permanece há cerca de uma década degradado, com paredes cheias de pichagens

sobre antigos 'graffiti', pavimentos irregulares e molhados, maus cheiros, escadas rolantes fora de serviço e um antigo café fechado pela falta de “condições mínimas de segurança e higiene” na passagem inferior. A situação levou mesmo a provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral, a instar a Câmara de Lisboa a tomar medidas urgentes para requalificar a passagem pedonal subterrânea de Alcântara.

ANDRÉ VENTURA DEFENDE DEMISSÃO DE GUTERRES DA ONU

O presidente do CHEGA defendeu que o secretário-geral da ONU "não tem condições políticas" para continuar no cargo e propôs que a Assembleia da República condene as declarações de António Guterres. André Ventura manifestou "incómodo e insatisfação" com as palavras de António Guterres e defendeu que o Parlamento "tome uma posição clara de condenação".

MAIS DE 1.300 AGENTES DA POLÍCIA FORAM AGREDIDOS ESTE ANO

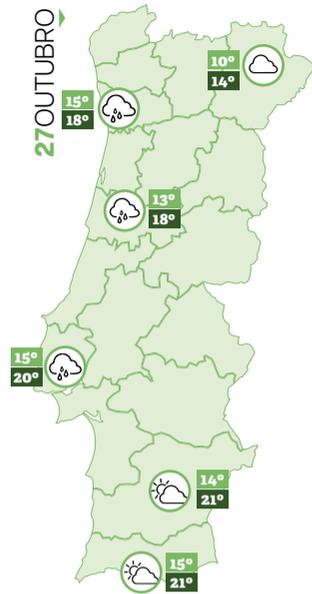
Mais de 1.300 polícias foram agredidos entre janeiro e agosto deste ano, indicou o ministro da Administração Interna para destacar a proposta que passa a tipificar o crime de ofensa à integridade física a agentes da autoridade. Com esta proposta do Governo, aprovada em Conselho de Ministros, as agressões aos elementos da PSP e GNR passam a poder ser punidas com pena de prisão efetiva.

RELAÇÃO DO PORTO MANTÉM EX-VICE DE GAIA EM PREVENTIVA

O Tribunal da Relação do Porto decidiu manter em prisão preventiva o ex-vice-presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia, Patrocínio Azevedo, e o empresário do ramo imobiliário, Paulo Malafaia, no âmbito da Operação Babel. A decisão foi avançada à agência Lusa por fonte do tribunal e surge na sequência dos recursos interpostos pelos advogados dos dois arguidos.

PORTUGAL É O PIOR ESTADO DE DIREITO DO MUNDO

Portugal caiu para o 28.º lugar no ranking internacional sobre o Estado de Direito, uma posição abaixo de 2022 e a pior desde o início dos registos, em 2015, segundo o relatório da organização World Justice Project. Portugal registou um quociente global de 0,68 (entre 0 e 1) e desce também na hierarquia regional – que inclui Europa e EUA –, ao cair para a 21.ª posição entre 31 países.



Meteorologia

PORTO	COIMBRA	LISBOA	FARO
sábado 28/10 15° 19°	sábado 28/10 14° 19°	sábado 28/10 16° 21°	sábado 28/10 14° 22°
domingo 29/10 15° 18°	domingo 29/10 15° 18°	domingo 29/10 16° 20°	domingo 29/10 16° 22°
segunda-feira 30/10 12° 18°	segunda-feira 30/10 11° 17°	segunda-feira 30/10 13° 19°	segunda-feira 30/10 15° 21°
terça-feira 31/10 12° 18°	terça-feira 31/10 10° 17°	terça-feira 31/10 12° 19°	terça-feira 31/10 14° 21°
quarta-feira 01/11 13° 18°	quarta-feira 01/11 11° 17°	quarta-feira 01/11 13° 20°	quarta-feira 01/11 14° 22°
quinta-feira 02/11 13° 18°	quinta-feira 02/11 12° 17°	quinta-feira 02/11 14° 24°	quinta-feira 02/11 14° 21°

Insólito da Semana

BONECA INSUFLÁVEL CORTA TRÂNSITO



A localidade de Kinton, em Warwickshire, numa zona rural do Reino Unido, saltou para as luzes da ribalta graças a uma boneca sexual insuflável. É verdade, leu bem. Tudo aconteceu na semana passada quando as autoridades de Warwickshire receberam uma chamada que dava conta da presença de

uma mão e de um pé algures numa estrada rural. Na senda deste telefonema, a polícia deslocou-se ao local e cortou o trânsito naquela via para que se procedesse às devidas averiguações necessárias num caso como aquele, que a polícia acreditava ser um homicídio. Porém, conta o Daily Mail, tudo não pas-

sou de um mal-entendido... que durou mais de 30 horas. A verdade é que a estrada esteve cortada ao trânsito durante 31 horas e só foi reaberta depois da chegada da equipa forense que atestou que não se tratava de um cadáver, mas sim de uma boneca sexual insuflável em muito mau estado de conservação.

Três Mãos



Editorial



A "TERCEIRA MÃO" SOCIALISTA

POR BERNARDO PESSANHA
EDITOR DO FN

A incompetência socialista na gestão do Estado social tem-se feito sentir de forma particular na saúde, na educação e na habitação, abandonando os cidadãos à sua sorte e batendo-lhes com a porta na cara quando mais precisam. Por outro lado, o Governo tem tido uma performance excepcional a aplicar impostos e mais impostos por "trás da porta", fazendo anúncios populistas de aumentos de rendimentos para os portugueses enquanto regista recordes sucessivos na carga fiscal.

André Ventura e o CHEGA já vieram desmascarar este embuste fiscal, denunciando a "terceira mão" socialista que os portugueses bem sentem a ir ao seu bolso todos os dias.

Esta 'terceira mão' do primeiro-ministro e de Fernando Medina apresenta-se sob a forma de uma brutal subida do Imposto Único de Circulação (IUC) para veículos anteriores a 2007, que nalguns casos aumenta 400%, penalizando sobretudo os proprietários dos automóveis da classe média. Para termos uma ideia da abrangência deste imposto, existem cerca de três milhões de automóveis nesta situação. Isto depois do aumento camuflado de tantas taxas e taxinhas e de impostos e mais impostos desde 2015 com o apoio da geringonça ao saque fiscal.

Mas a criatividade da maioria socialista não tem limites no que diz respeito ao aumento de impostos e já anunciou que quer atualizar o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), tendo mesmo criado uma comissão para o efeito. Preparemo-nos para mais um brutal aumento de impostos!

António Costa bem pode insultar e difamar André Ventura quando este o desmascara em público, mas a verdade é que os portugueses sabem muito bem que é o primeiro-ministro quem ordena o esbulho fiscal dos portugueses que trabalham... Não há dúvida de que o Fisco é mesmo a instituição do Estado socialista mais presente na vida dos portugueses.

O próximo dia 4 de novembro é dia de BUZINÃO FISCAL em defesa dos contribuintes que pagam impostos! Alguém tem de os defender e não é certamente este "quarto governo Sócrates"! CHEGA de GAMANÇO FISCAL!

